SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Boletim do Judiciário

FENAJUFE
CSP Conlutas

www.sintrajud.org.br

Quinta-feira, 26 de janeiro de 2012 | Boletim 54 | 13.000 exemplares | **Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP** *| Tel.: (11) 3222.5833*

2012: Continua a luta pela aprovação do PCS!



Bianca Pedrina

Em agosto de 2011, contra a política de arrocho de Dilma, do trabalhadores de todo o país realizam manifestação em Brasília

Nesta semana o governo federal divulgará o resultado oficial do Superávit Primário de 2011: R$ 93 bilhões. Essa economia serviu para o pagamento da dívida pública. O resultado havia sido antecipado pelo jornal Valor Econômico de sexta-feira, dia 20.

Como sabemos, os únicos beneficiados com essa "economia" são os banqueiros e grandes empresários, que vêem na compra de títulos da Dívida Pública brasileira um investimento com ótimos retornos.

Nunca é demais lembrar que com esse dinheiro que foi para os "agiotas internacionais" é possível pagar (de uma só vez) pelo menos 13 PCSs e ainda sobraria muito dinheiro para investimentos em moradia popular, educação e saúde pública.

Para nós, o governo aplica o congelamento salarial, que é uma das faces da política imposta por Dilma. Além dele, a nossa categoria ainda tem que lidar com as condições de trabalho que estão cada vez mais precarizadas, o adoecimento de muitos colegas, falta de reajustes dos benefícios, como as verbas para assistência médica, nossa aposentadoria está sob ataque, entre outras situações.

Famílias Brasileiras gastam 27% mais com saúde do que governo Federal, Estaduais e Municipais juntos

Reajuste zero e mais uma Reforma da Previdência

O problema é que a situação não vai melhorar. Nas duas primeiras semanas do ano, o governo já deixou claro que seguirá com a política de reajuste zero e de ataques ao conjunto do funcionalismo. Esse foi o tom da declaração do então secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, ao jornal Valor Econômico de quinta-feira, dia 12: "O governo não faz concessão por ser ano eleitoral... os próprios sindicalistas sabem que o governo não vai ceder porque é um ano eleitoral. Isso é fetiche".

Também não podemos esquecer que o PLP 549/09 ainda não foi derrotado e isso significa que a ameaça do congelamento pelos próximos dez anos continua.

Some às declarações do Ministério do Planejamento a suspensão de todos os concursos públicos e nomeações de trabalhadores até a aprovação do PL 1992/07, que cria o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Federais.

Organização da luta conjunta para 2012

Em 2011, os trabalhadores do setor público lutaram muito. Nós do Judiciário fizemos uma greve de mais de 80 dias, organizamos caravanas a Brasília, fizemos passeatas, participamos de quatro marchas a Brasília, além das mobilizações nos estados. Tudo isso para conseguirmos a aprovação do PL 6613/09 que trata do nosso PCS.

A nossa mobilização, porém, enfrentou uma política coesa entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Como ainda não conseguimos aprovar o PCS, a luta continua.

Se as mobilizações e greves que realizamos não foram suficientes para vencer essa política de Dilma, elas serviram para que o funcionalismo acumulasse forças.

E retomamos esse ano com boas perspectivas. No dia 10 de janeiro, 15 entidades nacionais do funcionalismo estiveram reunidas em Brasília para debater mobilizações conjuntas nos próximos meses. "Estabelecemos uma pauta (reivindicatória) comum, que tem como carro chefe uma (efetiva) política salarial, além da luta contra os projetos de leis que atacam os trabalhadores públicos", explica Paulo Barela, um dos responsáveis da CSP-Conlutas para o funcionalismo.

A reunião indicou um calendário de lutas, que engloba o protocolo das reivindicações junto aos Três Poderes e uma jornada de mobilizações de 12 a 16 de março. A importância dessas atividades está no fato da possibilidade de construirmos uma luta unificada de todos os trabalhadores do serviço público federal.

Além disso, a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF) realizará um seminário sobre o PL 1992/07, que dá continuidade à Reforma da Previdência de 2003, instituindo teto do benefício ao servidor público aposentado e criando um fundo de pensão que será gerido por agentes do mercado financeiro. O Seminário será realizado nos dias 4 e 5 de fevereiro, em Brasília.

Além disso, no dia 25 de janeiro a direção da Fenajufe se reunirá para debater os primeiros passos da luta dos trabalhadores do Judiciário em nível nacional.

"Várias categorias já vêm acumulando uma corrosão salarial desde 2007, muitos trabalhadores perderam quase 30% do seu poder de compra. Isso não dá para aceitar", Paulo Barela, da CSP-Conlutas.

Unidade dos trabalhadores para enfrentar a política de congelamento

O governo Dilma está determinado a fazer com que os trabalhadores paguem pela crise econômica, que também afeta o Brasil, e escolheu como alvo principal os trabalhadores públicos. Para aplicar essa política Dilma conta com a estreita colaboração da cúpula do STF e do Legislativo.

Esse é um movimento está acontecendo em vários países, principalmente na Europa. Além disso, os cortes orçamentários no serviço público representam uma piora no atendimento à população, principalmente a mais carente, por isso, são ataques a toda classe trabalhadora.

Diante dessa situação, os trabalhadores do serviço público precisam se unir. Somente unidos poderemos enfrentar essa política de congelamento salarial!

Joca Duarte

Ataque ao Direito de Greve

Na Justiça Federal de Guarulhos, alguns trabalhadores perderam as suas Funções Comissionadas por terem aderido à greve do ano passado.

O Sintrajud já está ingressando com um requerimento administrativo para denunciar esse ataque ao direito de greve e reivindicar as verbas devidas aos trabalhadores.



27.09.2011 - Em frente ao Fórum Pedro Lessa, categoria no início da luta pelo PCS

Usando muita violência, Tropa de Choque expulsa moradores do Pinheirinho e reintegra área

Tribunal de Justiça de São Paulo comanda operação que desalojou 10 mil pessoas. Relatos dão conta de muitas agressões e desaparecidos

Domingo, 22 de janeiro de 2012. Esta data vai entrar para a história do Estado de São Paulo como o dia em que 2 mil homens da Polícia Militar invadiram a Ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos, para desalojar 10 mil moradores.

Homens, mulheres, crianças e idosos foram surpreendidos, pela manhã, com helicópteros sobrevoando a área e jogando gás lacrimogêneo sobre a Ocupação. Carros blindados e homens armados cercaram o Pinheirinho e não deram chance de defesa aos moradores.

A PM sitiou a área, cortando água, energia elétrica e telefone. Todas as saídas da Ocupação foram interditadas. Durante todo o dia, houve confronto entre moradores da ocupação, bairros vizinhos e policiais. O morador David Washington Castor Furtado, 32 anos, foi baleado pela Guarda Municipal e corre o risco de ficar paraplégico.

Mas outras pessoas também ficaram feridas, inclusive crianças, em razão da truculência com que agiu a Polícia Militar e a Guarda Municipal. Há informações de que há pessoas desaparecidas.

Kit Gaion



Quem acessou o site do Sintrajud nos últimos dias viu que o sindicato tem dado seu apoio à luta dos moradores do Pinheirinho, em São José dos Campos, no Vale do Paraíba, interior do estado.
A Diretoria do Sintrajud apóia essa luta porque considera a moradia como um direito básico das pessoas, previsto na Constituição Federal. Atualmente, há no Brasil um déficit habitacional de 5, 5 milhões de moradia. Por isso defendemos que essas famílias permaneçam naquela área, construam as suas vidas e criem seus filhos. É preciso que aquele terreno cumpra a sua função social.

Justiça Estadual age para beneficiar Naji Nahas

Por Caê Batista

Ainda na manhã de domingo, os advogados do Pinheirinho conseguiram da Justiça Federal uma liminar suspendendo a reintegração de posse, expedida pelo juiz federal Samuel de Castro Barbosa Melo. A liminar era destinada ao comandante da PM, mas quem a recebeu e fez a ressalva de que a ordem não seria cumprida foi o assessor da presidência do TJ- SP, Rodrigo Capez.

Houve ali um conflito de competência, que teria que ser dirimido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), e não no local onde estava sendo efetuada aquela operação.

No começo da noite de domingo, depois que milhares de pessoas já estavam desalojadas, o presidente do STJ, Ari Pargendler, validou a reintegração de posse.

Porém, a posição de não acatar qualquer liminar da Justiça Federal havia sido dada no sábado, dia 21, pela presidência do TJ. Ao comando da PM, o desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori, presidente do TJ-SP, determinou a reintegração da área e o desalojamento de quase 10 mil pessoas afirmando em letras negritadas e sublinhadas: "Autorizo, para tanto, requisição ao Comando da Polícia Militar do Estado, para o imediato cumprimento da ordem da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, repelindo-se qualquer óbice que venha a surgir no curso da execução, inclusive a oposição de corporação policial federal (...)".

Nas semanas anteriores, os moradores do Pinheirinho passaram por grande tensão. No dia 17, iria ocorrer a reintegração do terreno, por força de uma liminar da Justiça Estadual. Na madrugada daquele dia, os moradores conseguiram uma liminar da Justiça Federal, suspendendo a operação da PM. E na sexta-feira, dia 20, o desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região Antonio Cedenho havia suspendido a reintegração, remetendo o processo para a esfera Federal.

Essa notícia contagiou os moradores do Pinheirinho com alegria. Tanto que houve uma festa no sábado, para celebração dos 15 dias de trégua acordado na Justiça Estadual, entre os moradores do Pinheirinho e a massa falida da Selecta S/A. Na celebração desse acordo estiveram presentes alguns parlamentares.

Depois de dias de muito terror, os moradores do Pinheirinho puderam dormir tranqüilos, mas acordaram com a Tropa de Choque na porta. A Justiça Estadual passou por cima de um acordo que eles mesmos patrocinaram.



Sobre o Pinheirinho

Localizada na zona sul de São José dos Campos, a maioria da população do Pinheirinho era de crianças e idosos.

A área de 1,3 milhões m² foi bem dividida. As ruas eram largas e as casas dispunham de espaços semelhantes. Havia uma praça no centro da ocupação, e ao lado, um barracão, onde aconteciam as assembleias dos moradores.

Os moradores se organizavam numa coordenação, com um representante eleito por rua.

Havia muitas casas de alvenaria, pequenos comércios, igrejas e templos religiosos.

Há alguns meses, o governo federal, o governo estadual e os moradores assinaram um protocolo de intenções, visando a regularização da área. Porém, o maior empecilho encontrado pelos moradores sempre foi a prefeitura que desde 2004 age em defesa da reintegração de posse e, portanto, de Naji Nahas

Vale destacar que, a área nunca cumpriu qualquer função social, sequer o IPTU era pago pelo "proprietário" do terreno.

Especulação imobiliária

Como em muitos outros municípios do país, São José dos Campos tem sido "invadida" por vultuosos investimentos imobiliários. Em 2011, o setor obteve lucros exorbitantes. O número de lançamentos de empreendimentos é 20% maior do que o do de 2010, segundo a Associação das Construtoras do Vale do Paraíba (Aconvap).

E é justamente a Zona Sul da cidade que concentra 51 dos 143 mais recentes lançamentos.

A previsão da Aconvap é que o mercado imobiliário de São José movimente mais de R$ 5,4 bilhões até 2014, valor correspondente a 25% do PIB (Produto Interno Bruto) da cidade.

Quem é o "proprietário" do terreno?

Naji Nahas chegou ao Brasil em 1969 com US$ 50 milhões para investir, fugindo da situação de conflito no Líbano, onde morava. Antes, já havia fugido do Egito (onde fora criado numa mansão em um terreno de 10 mil metros quadrados) porque o presidente Nasser expropriou e nacionalizou todos os bens de sua rica família.

Em terras brasileiras, começou com uma granja de coelhos. Nos fim dos anos 70, sua fortuna era de mais de US$ 1 bilhão. Os negócios evoluíram na década de 80 para um conglomerado de 27 empresas, 11 delas pertencentes à Selecta Indústria e Comércio. Controlou a principal seguradora do país e comprou participações na Petrobras.

Nahas realizava polêmicas operações financeiras nos anos 80 e ganhou muito com a compra a venda de ações. Quando explodiu a maior crise das bolsas do país, em 1989, o libanês perdeu o glamour e foi preso em outubro – ele chegou a ser condenado a 24 anos de prisão. Obrigado abrir mão de sua carteira de US$ 490 milhões na bolsa, Nahas apenas mudou sua forma de agir com o escândalo. Mais discreto, ele continuou suas negociatas. Aproximou-se do banqueiro Daniel Dantas, da família real da Arábia Saudita e de outros figurões internacionais. Anos atrás, começou um projeto de uma refinaria de petróleo no Ceará.

Como ocorre com os ricos no Brasil, em 2004 Nahas foi absolvido pela Justiça das acusações de crime ao sistema financeiro. Mesmo sendo impedido de entrar em mais de 40 países, ele ainda não está satisfeito, se diz "injustiçado" e quer indenização, pois hoje poderia ser o homem mais rico da América Latina se não tivesse perdido suas ações. Certamente a sua fortuna é pouco para ele, por isso ele insiste tanto em tomar o terreno do Pinheirinho.


JORNAL DO BRASIL

Negócios & Finanças

CVM condena Nahas a pagar R$ 10,2 milhões

Profecias desastradas